

Diálogos possíveis entre Educação Ambiental e Estudos Queer: limites e potencialidades

Possible dialogues between Environmental Education and Queer Studies: limits and possibilities

Renato Duro Dias
Simone Grohs Freire
Amanda Netto Brum
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Rio Grande-Brasil

Resumo

O presente artigo discute os possíveis diálogos entre a Educação Ambiental e os estudos queer. O estudo de abordagem qualitativa parte de uma revisão de literatura em que as categorias e os termos ora se delimitam, ora se aproximam. Desta forma, objetiva compreender os caminhos percorridos por estes campos de luta e resistência, cuja marca tem sido interrogar-nos sobre as condições de possibilidade histórica, social, política e cultural, com vistas aos modos de assujeitamento no qual determinadas categorias são vistas como os “outros” do homem (branco) racional. Na esteira dos estudos pós-estruturais, ecofeministas e queer, busca-se o enfrentamento teórico às matrizes de opressão representadas pelo machismo, a heteronormatividade, o racismo e a lógica neoliberal de mercado. Entende-se que estes diálogos epistemológicos podem potencializar uma outra Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Estudos queer; Ecofeminismo.

Resumen

Este artículo discute los posibles diálogos entre la Educación Ambiental y los Estudios Queer. El estudio de enfoque cualitativo se basa en una revisión de la literatura en la que las categorías y términos a veces se delimitan y otras veces se aproximan. De esta manera, se pretende comprender los caminos recorridos por estos campos de lucha y resistencia, cuya huella ha sido interrogarnos sobre las condiciones de posibilidad histórica, social, política y cultural, con vistas a los modos de sujeción en los que ciertas categorías son vistas como los “otros” del hombre (blanco) racional. A raíz de los estudios postestructurales, ecofeministas y queer se busca confrontar teóricamente las matrices de opresión representadas por el machismo, la heteronormatividad, el racismo y la lógica de mercado neoliberal. Se entiende que estos diálogos epistemológicos pueden potenciar otra Educación Ambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental; Estudios Queer; Ecofeminismo.

1. Introdução

O presente artigo discute os possíveis diálogos entre a Educação Ambiental e os Estudos Queer (Butler, 2007, Laurentis, 2007, Louro, 2016). O estudo de abordagem qualitativa parte de uma revisão de literatura em que as categorias e termos ora se delimitam, ora se aproximam.

Desta forma, a pesquisa tenciona compreender os caminhos percorridos por estes campos de luta e resistência, cuja marca tem sido interrogar-nos sobre as condições de possibilidade histórica, social, política e cultural, com vistas aos modos de assujeitamento (Garré, 2015, Grün, 1995) nos quais termos como: cultura e natureza (Gonçalves, 2006), global e local, masculino e feminino (Sterling, 2006), eu e outro, encontram-se de modo binário, dual e fixo (rígido) forjados discursivamente como os “outros” do homem (branco) racional (Plumwood, 1993). Campos opostos e limitadores de outras leituras de mundo aprofundados pela reprodução social.

Na esteira dos estudos pós-estruturaisⁱ (Foucault, 2010, Fischer, 2012, Henning, 2019, Peters, 2000), ecofeministas (Gabriel, 2011, Gaard, 2011, Sandilands, 2011) e queer (Butler, 2014, Houltonⁱⁱ, 2022), busca-se o enfrentamento teórico ⁱⁱⁱàs matrizes de opressão representadas pelo machismo, a heteronormatividade, o racismo e a lógica neoliberal de mercado.

A pesquisa emerge de saberes experienciais de três (03) docentes-pesquisadoras/es de uma universidade pública que, a partir de seus compartilhamentos em práticas de sala aula, encontraram elementos importantes para a tessitura desta investigação (Tardif, 2014). Sustentado nos referenciais aqui apresentados entende-se que estes diálogos epistemológicos podem potencializar uma outra educação ambiental, baseada na ética, em alianças teóricas (políticas) (Butler, 2012) e em um compromisso com outras leituras e possibilidades de mundo e de encontros entre espécies (Haraway, 2022).

Para tanto, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento realiza-se uma reflexão sob os modos de construção da racionalidade moderna e, de maneira crítica, apresentam-se alguns elementos de (des)construção deste conhecimento que nos foi legado pela modernidade. Em uma segunda etapa, fez-se apontamentos como por meio da conjugação dos campos da Educação Ambiental e dos Estudos queer torna-se possível a desnaturalização da heterossexualidade na sua projeção sobre a natureza e na atribuição de um modelo heteronormativo de relação entre humanos e não humanos. Ao

final, a partir dos pressupostos teóricos desenvolvidos, propõe-se pensar uma Educação Ambiental Queer enquanto condição de possibilidade de uma vida outra, a partir de um diálogo epistêmico ^{iv}possível entre a Educação Ambiental de matriz Crítica e os Estudos queer.

Espera-se, portanto, que o diálogo proposto neste escrito potencialize uma outra Educação Ambiental, isto é, uma Educação Ambiental Queer em que todas as vidas sejam dignas e vivíveis.

2. Diálogos, saberes e experiências docentes: entrecruzando caminhos e (des)construindo conhecimentos

Nestas linhas tecem-se a justificativa, alguns elementos e condições de possibilidade para pensar os saberes e as experiências significativas das docências e práticas pedagógicas capazes de suscitar a presente investigação. Sem ter a pretensão de esgotar o tema, realiza-se um debate sobre a racionalidade moderna e seus efeitos nos contextos de abrangência desta pesquisa.

2.1 Diálogos, saberes e experiências

Este estudo surge da interação entre docentes de um componente curricular ofertado na pós-graduação de dois Programas em uma universidade pública. De modo interdisciplinar, as temáticas da Educação Ambiental e dos Estudos queer se entrecruzaram a partir de algumas leituras comuns e de abordagens teóricas e tessituras epistemológicas outras. A partir desta experiência compartilhada, entende-se, como para Tardif (2014, p. 61), que a “participação na vida cotidiana da escola e dos colegas de trabalho colocam igualmente em evidência conhecimentos e maneiras de ser coletivos, assim como diversos conhecimentos do trabalho partilhados entre os pares”, já que os saberes docentes são, também, experienciais.

Tendo como ponto de partida estas experiências docentes, realizou-se uma pesquisa exploratória nas produções acadêmicas publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), primeiramente utilizando os termos “Educação Ambiental” (primeiro descritor) e/and “Estudos Queer” (segundo descritor). Nesta busca não apareceram resultados.

Logo em seguida, mantendo o primeiro descritor e alterando-se o segundo para “Queer”, surgem 27 (vinte e sete) entradas (trabalhos publicados). No entanto, ao analisar individualmente resumos, palavras-chave e conteúdos percebeu-se que em nenhum deles é

explorada a categoria queer. Em uma terceira busca, permanecendo com “Educação Ambiental”, passa-se a utilizar o termo “LGBT” como segundo descritor, nesta pesquisa encontra-se um único estudo de Jales (2021).

Utilizando-se das mesmas categorias, “Educação Ambiental” e “Estudos Queer”, no Scielo encontrou-se uma sessão temática da Revista Estudos Feministas, número 19, de 2011, na qual foram publicados cinco (05) artigos de pesquisadoras estrangeiras e uma (01) apresentação. É a partir destes estudos, da ausência de pesquisas de fôlego (mestrado e doutorado) realizadas no nosso país e, sobretudo, ancorados nas leituras e experiências entrelaçadas de três docentes-pesquisadoras/es que emerge a presente proposta de investigação.

2.2 Entrecruzando caminhos e (des)contruindo conhecimentos

Como enfatiza Haraway (2022, p. 25) em *Quando as espécies se encontram*: "O laço discursivo entre o colonizado, o escravizado, o não cidadão e o animal – todos reduzidos a um tipo, todos Outros do homem racional, todos essenciais à sua iluminada constituição – está no coração do racismo e floresce, letalmente, nas entranhas do humanismo". É possível afirmar que os ideais racionalistas ocidentais de ser humano (de humanidade) incorpora(ra)m normas (jurídicas, morais e sociais) não apenas de exclusão de gênero, mas de raça, classe e espécie, orientação sexual, território e ancestralidade.

Essa identidade é expressa com mais força na concepção dominante da razão e que dá origem a uma estrutura dualizada de alteridade e negação, correspondendo à lógica clássica que divide e binariza tudo o que lhe é possível, muito bem representada pelas estruturas duais em Plumwood (2007, p. 43) e reproduzidas por Gaard (2011, 199-200):

Cultura/Natureza;
Razão/Natureza;
Masculino/Feminino;
Mente/Corpo (natureza);
Mestre/Escravo;
Razão/Matéria (fisicalidade);
Racionalidade/Animalidade (natureza);
Razão/Emoção (natureza);
Mente, Espírito/Natureza;
Liberdade/Necessidade (natureza);
Universal/Particular;
Humano/Natureza (não humano);
Civilizado/Primitivo (natureza);
Produção/Reprodução (natureza);
Público/Privado;
Sujeito/Objeto;

Eu/Outro.

Este dualismo também pode ser visto como uma forma alienada de diferenciação, na qual o poder interpreta e constrói a diferença (Foucault, 2010) em termos de inferiorização e abjeção^v (Butler, 2007, 2012). Em formas sistematizadas de poder, o poder normalmente institucionalizado é normalizado/naturalizado ao prender-se a formas existentes de diferença, nas quais se subjugam e se oprimem determinadas categorias/corpos (Louro, 2016), engendrando discursos pejorativos e de menor valor. Os dualismos não são apenas nos sistemas de ideias, mas estão intimamente associados à dominação e à acumulação (não só material). Nestes esquemas de intrincadas redes de poder a natureza (Gonçalves, 2006), a partir do acontecimento da ciência moderna, foi assim plasmada:

Nossa herança moderna se produz de tal modo que, muitas vezes, nem nos damos conta da presença dela. Na busca pelo progresso do mundo e melhoria de suas condições de vida, o homem moderno foi objetificando a natureza e tornando-a espaço de sua apropriação. Se mirarmos rapidamente alguns dos grandes desastres ambientais, vimos isso com precisão. [...] Um desejo de desbravamento da natureza, agora, atualizado talvez em marcas de uma tecnociência, que acaba por tomar outros rumos, de destruição, de estrondos, de desastres ambientais. O que quero colocar em destaque é que a crise ambiental vem assumindo formas até então não imaginadas pelo homem moderno. (Henning, 2019, p. 767).

Desde que a cultura foi moldada em torno da palavra escrita na época de Aristóteles ou Platão, o pensamento eurocentrado dominante, que está no ápice de várias formas de dominação, tem sido capaz de exercer controle sobre o que é dito e considerado como verdade (Garré, 2015). Esta hegemonia discursiva (Grün, 1995) moderna criou estruturas profundas nas (micro)estruturas que garantem a continuação e a expansão da opressão por meio de políticas de regulação, controle e governamento (Fischer, 2012). Entende-se que é por meio das (micro)estruturas profundas destes binarímos (dualismos) que se forma a cultura ocidental, legada de uma lógica do homem contra os "outros".

No campo das resistências, os feminismos têm fundamentado como a natureza é uma categoria muito ampla e mutável (Haraway, 1995, 2022), que engloba diferentes tipos de colonização, bem como que realiza uma descrição adequada da dominação da natureza junto às outras formas de opressão (raça e sexo). Os ecofeminismos também têm um importante papel de integração, especialmente ao desvelar o arsenal discursivo que se produz sobre o conceito de natureza como um outro a ser subordinado.

As ecofeministas têm descoberto uma série de características sobre a estrutura de bloqueio do dualismo. Primeiro, as filósofas ecofeministas têm mostrado que a afirmação da superioridade do eu é baseada na diferença entre o eu e o outro, tal

como se manifesta na posse da plena humanidade e da razão pelo eu, mas que supostamente falta ao outro. Essa suposta superioridade do eu, aliás, é usada para justificar a subordinação do outro. (Gaard, 2011, p. 200).

Isso porque o ecofeminismo tem sido capaz de questionar as matrizes sexistas (Gabriel, 2011), de classe e raça que subjugam não só mulheres e natureza, mas infundáveis "outros" que figurariam certamente naquilo que Butler (2017) problematizou como vidas não choráveis ou não passíveis de luto. Refere-se ao que Latour (1994, p. 19), abordando as grandes divisões e a modernidade, denominou de não-humanidade: "A modernidade é muitas vezes definida através do humanismo, seja para saudar o nascimento do homem, seja para anunciar sua morte. [...] Esquece o nascimento conjunto da 'não-humanidade' das coisas, dos objetos ou das bestas".

Por outro lado, também é possível dizer que de modo interseccional opõem-se a esta "visão" de humanidade (humanismo), por meio de lutas e resistência (poder), os movimentos ambientalistas, feministas, ecofeministas, LGBTQIAPN+, de negros e negras e indígenas, em que operam "outras rationalidades" baseadas não na lógica da exclusão, mas do compartilhamento.

Assim, creio que o meu e o 'nossa' problema é como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica de reconhecimento de nossas próprias 'tecnologias semióticas' para a construção de sentido, e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo 'real', um mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada. (Haraway, 1995, p.15).

Estas "outras rationalidades" apresentam-se como contraponto aos conceitos-chave (modernos) de rationalidade e de cultura versus natureza, que criam vínculos cruciais entre o que é humano e o que é masculino, de modo que nestas "outras rationalidades" busca-se problematizar a masculinidade, a rationalidade branca eurocentrada e, ao mesmo tempo, problematizar o conceito de humano (humanidade ou humanismo).

Para que emergam "outras rationalidades" é necessário desnaturalizar a heteronormatividade (heterossexualidade) compulsória (Sterling, 2006), que inscreve e divide os corpos em possíveis ou abjetos. Como ver-se-á, a heteronorma surge do regramento de uma pretensa função reprodutiva da sexualidade. De novo o natural, o normal, muitas vezes reforçado por teorias biologicistas, aparece como elemento de construção discursiva. É na naturalização da heterossexualidade, na sua projeção sobre a natureza e na atribuição

de um modelo hetero de relação entre humanos e não humanos que se entende como fundamental descontinar a partir de agora, seja pela Educação Ambiental ou pelos Estudos queer, ou pela conjugação destes dois campos de luta, outras possibilidades de vida.

3. (Des)naturalizar a heteronormatividade: por todas as vidas possíveis

A desnaturalização da heterossexualidade, na sua projeção sobre a natureza e na atribuição de um modelo hetero de relação entre humanos e não humanos, anuncia-se fundamental, como apontado acima. Assim, neste momento, busca-se descontinar como por meio da conjugação dos campos da Educação Ambiental e dos Estudos queer torna-se possível tal preposição.

De forma geral, com toda sua carga de estranheza, o queer é assumido inicialmente nos Estados Unidos (EUA) por determinada vertente dos movimentos homossexuais, precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Assim, essa apropriação marca o interior de um processo de ressignificação, no qual o significado pejorativo da palavra é desativado por meio de sua afirmação por aqueles a quem ela seria endereçada e que procura excluir. Sensíveis a tal inversão, alguns teóricos, como Butler, viram nesta operação uma oportunidade para propor a interrupção das normas sociais através da incorporação política do outro-abjeto. O queer surge, desta forma, como reação e resistência. Pertencer a um movimento queer é contestar as normalizações dominantes, restritivas e excludentes, como especialmente a heteronormatividade e o próprio processo normalizador (Butler, 2012). Butler não foi a precursora^{vi} da vertente queer; contudo, embora as análises iniciais da vertente queer não tenham sido estruturadas pela filósofa, a partir da publicação de *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*^{vii}, a autora lançou as reflexões queer no nível internacional. Em outras palavras, suas reflexões fertilizam a epistemologia feminista e as críticas da cultura, e abriram caminhos para ações e elaborações outras, entre elas os estudos de outras rationalidades. Tais estudos têm, deste modo, produzido um frutífero debate no interior dos feminismos, como nos ecofeminismos, e possibilitado reflexões sobre os ideais racialistas ocidentais de ser humano (de humanidade) que incorpora(ra)m normas (jurídicas, morais e sociais) não apenas de exclusão de gênero e sexualidades, mas de raça, classe e espécie e, mais recentemente, de território e ancestralidade.

Butler, então, fortemente influenciada pelos estudos pós-estruturalistas, especificadamente no pensamento foucaultiano, e pelos estudos derridianos, sobretudo, em razão da adesão ao método desestrutivista, estrutura sua compreensão da vertente queer como uma teoria que se compromete com a subversão da formação discursiva hegemônica da heteronormatividade.

Em Butler, como expõe Lloyd (2016), a heteronormatividade foi inicialmente denominada como matriz heterossexual ou lei da coerência heterossexual. Diante disso, destaca-se a forma com que tal conceito é adotado neste estudo. Nas palavras de Pelúcio,

a heteronormatividade não é apenas uma norma hetero que regula e descreve um tipo de orientação sexual, trata-se, sim, de um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem não só com que a heterossexualidade pareça coerente (organizada como sexualidade) como também que seja privilegiada (Pelúcio, 2009, p. 30).

Ademais, esses privilégios podem ser percebidos nos discursos — como os morais, sociais e jurídicos — que, apesar de estabelecer hierarquias que não se pautam explicitamente na heterossexualidade, regulam as relações sociais a partir do pressuposto da heterossexualidade como um estado natural e moralmente desejado (Pelúcio, 2009). Além disso a heteronormatividade é um lugar que designa a base de inteligibilidade social e cultural, através da qual se naturaliza o modelo hegemônico de inteligibilidade do humano, isto é, do homem racional.

De acordo com Rich (2012, p. 44):

Exigirá um entendimento corajoso da política e da economia, além da propaganda cultural da heterossexualidade para, assim, nos guiar para além dos casos individuais e das situações diversificadas de grupo em razão do tipo complexo de abrangência necessária para desfazer o poder que os homens exercem sobre as mulheres em todos os lugares, o poder que se tornou modelar para todas as outras formas de exploração e controle ilegítimo.

No entanto, mesmo que a estrutura hierárquica da heterossexualidade estabeleça o modelo epistemológico tradicional em padrões de humanidades e de identidade de forma universal e permanente, a partir da teoria butleriana compreende-se que é fundamental descortinar e possibilitar — por meio de lutas e resistência (poder) dos movimentos ambientalistas, feministas, ecofeministas, LGBTQIAPN+, de negros e negras e indígenas, em que operam ‘outras rationalidades’ baseadas não na lógica da exclusão, mas do compartilhamento —, múltiplas visões das construções de humanidades (para além do humanismo).

Dessa forma, Butler possibilita entender os estudos queer como uma teorização com potencialidade não apenas para desconstruir a lógica da heteronormatividade, mas especialmente para conferir contornos ontológicos ‘aos outros’ que se encontram afastados dos privilégios da ontologia.

É buscando para conferir contornos ontológicos ‘aos outros’, ao desnaturalizar a heteronormatividade, que a filósofa em muitas oportunidades, em *Notes Toward [...]*, aponta que é, em tempos presentes, condição necessária “[...] formar alianças entre várias minorias^{viii} ou populações consideradas descartáveis [...]”^{ix} (Butler, 2015, p. 50, em tradução livre), pois, em sua concepção, “[...] para aqueles considerados inelegíveis, a luta para formar alianças é fundamental [...]”^x (Butler, 2015, p. 50, em tradução livre). Diante disso, sugere o queer como uma forma possível de estruturar tais alianças. Assim, estabelece que o queer “[...] é um bom termo a invocar quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica”^{xi} (Butler, 2015, p. 70, em tradução livre). Isso porque, na filosofia butleriana, o queer não é uma disputa por quem está mais precário, nem quer dizer que todas as precariedades se equivalham, mas que há alianças possíveis de pessoas em vidas precárias, isto é, vidas não vivíveis. A ideia é, como propõe Butler, que essas pessoas em vidas precárias possam estruturar uma vida igualmente vivível (Butler, 2015)

[...] porque quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando serem reconhecidos, valorizados, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida^{xii} (Butler, 2015, p. 26, em tradução livre).

Para isso, a filósofa afirma a necessidade de compreender-se que a oposição à precariedade não se dá pela segurança, mas por meio da luta por uma ordem social, política e jurídica^{xiii} igualitária na qual vidas invivíveis se tornem vivíveis.

Nota-se que, a despeito de Butler não propor neste escrito, ao menos de forma clara, uma aliança teórica e sim do corpo social, a reflexão proposta pela autora possibilita pensar outras alianças possíveis

[...] do meu ponto de vista, quero sugerir apenas que quando os corpos se reúnem na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (inclusive os virtuais), eles estão em sua [...] função expressiva e significativa, transmitindo uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas que não sejam mais afetadas por formas induzidas de precariedade^{xiv} (Butler, 2015, p. 11, em tradução livre).

Defende-se, então, que, a partir do pensamento de Butler, existe a necessidade de estabelecer aproximações teóricas ou, em seus termos, *alianças* entre teorias para, assim como proposto pela autora, estruturar estratégias de oposição para aqueles que “estão reivindicando uma vida possível de ser vivida”^{xv} (Butler, 2015, p. 26, em tradução livre). Neste sentido, para que emergam ‘outras rationalidades’, defende-se que é necessário desnaturalizar a heteronormatividade (heterossexualidade) compulsória e, para tanto, a conjugação dos campos da Educação Ambiental dos Estudos Queer se demonstra fundamental.

4. Por uma Educação Ambiental Queer: as contribuições do Ecofeminismo Queer ao campo da Educação Ambiental

Na esteira do que está sendo abordado, esta seção se organiza a partir de duas premissas já analisadas. A primeira estabelece a urgência da desnaturalização da heteronormatividade compulsória que se projeta em um modelo hítero de relação entre seres humanos e não humanos. A segunda, parte da proposição butleriana de construção de alianças teóricas (e políticas) para garantir que todas as vidas sejam vivíveis.

Diante disso, provoca-se aqui a pensar epistemicamente os diálogos possíveis entre Educação Ambiental e Estudos Queer enquanto condição de possibilidade de uma vida outra. Para tanto, opta-se por partir da perspectiva de um Ecofeminismo Queer, como uma abordagem teórica potente para romper limites e fronteiras, ampliando desta forma a práxis da Educação Ambiental do dos Estudos Queer rumo a uma diversidade e à dignidade plena.

O ecofeminismo em sua vertente crítica^{xvi} denuncia o sistema capitalista especialmente a partir de uma de suas categorias fundantes, o patriarcado, compreendido aqui a partir da perspectiva feminista de Rosa Bedia, o qual:

baseia-se num sistema de pactos entre homens a partir dos quais se garante hegemonia sobre as mulheres. É um sistema de práticas simbólicas e materiais que estabelece hierarquias e, como aponta Celia Amorós, estabelece espaços. E não só isso, pois também classifica as práticas em anômicas e normais e indica e distribui o alcance e a força das vozes que devem ser ouvidas^{xvii} (Bedia, 2014, p. 11-12, em tradução livre).

Desse modo, o patriarcado se corporifica e consolida a partir de um padrão de heteronormatividade que, como afirmamos, inscreve e divide os corpos em possíveis ou abjetos. Em outros termos, a dimensão estrutural e compulsória da heteronormatividade garante privilégios, tal qual apontou Pelúcio (2019).

É justamente ao reconhecer o caráter estrutural do patriarcado/da heteronormatividade que ecofeministas identificaram que este sistema traduz a Natureza como feminina estabelecendo “uma clara e necessária conexão entre o desenvolvimento da ciência como o controle racional de um mundo natural caótico e a perseguição às mulheres como algo inherentemente irracional, erótico^{xviii}, e portanto, sendo elas as criaturas do mal” (Gaard, 2011, p. 218). O ecofeminismo parte, por consequência, do reconhecimento de que estando as opressões relacionadas, a emancipação das mulheres está indissociavelmente conectada à libertação da Natureza.

O termo mulheres no plural, enquanto uma escolha política, demarca uma posição epistemológica não universalizante e não essencialista que nega as diferenças, inclusive de raça e classe. No entanto, há que se dizer, cada vez mais se consolida no campo do ecofeminismo de matriz crítica, a opção pelo gênero enquanto uma categoria de análise, já que não só as mulheres, mas outros grupos cujas vidas são precárias são afetados também pela opressão heteronormativa que os descarta como abjetos.

É neste sentido que a contribuição dos estudos queer, especialmente compreendidos enquanto uma teoria robusta orientada a subverter a heteronormatividade e reivindicar vidas vivíveis a todos os outros (Butler, 2015); é indispensável ao ecofeminismo. Assim, compreender a urgência da erradicação da heteronormatividade a partir de um ecofeminismo queer é, ao final, “expandir a capacidade de diagnóstico interseccional, de modo a pensar e atuar levando em consideração o cruzamento entre as diferentes opressões” (Gabriel, 1999, p. 168). Confirma-se, assim, a importância de a categoria sexualidade ser considerada, uma vez que, como instrumento de poder, normatiza as relações (Rosendo, 2017). O ecofeminismo queer amplia o ecofeminismo ao diagnosticar que este articula sexism e Natureza. Todavia, reconhece que, ao não enfrentar o heterossexismo, o segundo faz eco, em alguma medida, ao discurso normalizante, reproduzindo as binariedades.

Sandilands (1999), entre outras ecofeministas queer, aponta três questões pelas quais a relação entre sexualidade e natureza conformam a compreensão, a percepção e a interação com o natural, quais sejam: (1) a naturalização da sexualidade que, ao determinar a sexualidade reprodutiva como um imperativo categórico, impõe à homossexualidade um status de ‘sem valor’^{xix}; (2) a projeção da heterossexualidade à natureza, o que, por sua vez, revela o seu caráter estruturalmente opressivo; e, (3) a atribuição de um modelo

heteronormativo para as relações entre seres humanos e Natureza, em que a díade Natureza-mulheres, pensadas heteronormativamente como passivas, como territórios à disposição para o exercício da atividade humana. Em vista disso, pensar a partir do ecofeminismo queer é subverteram normas de gênero impostas e generalizada para todas as espécies. É, assim, uma política ecofeminista radical e revolucionária.

É a partir deste ecofeminismo queer, que se convida a pensar a Educação Ambiental. Isto porque a Educação Ambiental Crítica, macrotendência^{xx} amplamente adotada na academia, é também revolucionária, visto que compreendida enquanto emancipatória e transformadora. Emancipatória porque “é o movimento histórico realizado por pessoas postas em condições objetivas de dominação e subalternidade produzidas pelas formas de expropriação capitalistas e pelas relações alienadas que as constituem” (Loureiro, 2019, p. 22). Transformadora porque se orienta por uma práxis radical de conscientização dos seres humanos que seja capaz de modificar as condições de vida consolidadas pelo projeto hegemônico da modernidade ocidental. Trata-se, portanto, de uma educação política (Reigota, 2009) que considera de modo prioritário

a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos (Reigota, 2009, p. 13).

Logo, a Educação Ambiental Crítica se apresenta contra hegemonicamente, desvelando a violência que sustenta o modo de vista capitalista o qual opera, especialmente, a partir da exclusão, desumanização e desigualdade. Um sistema que, ao se consolidar, instituiu e concretizou a negação do outro.

Uma Educação Ambiental Revolucionária é aquela que é “capaz de superar a lógica da modernidade, seu ideal de progresso e crescimento econômico, assim como as opressões e violências que ela acarreta” (Peres et al, 2023, p. 3-4). Em outros termos, uma Educação Ambiental Revolucionária é uma Educação Ambiental Queer que propõe um estar e pensar transgressivo no mundo, que confronta o projeto heteronormativo, os discursos normatizadores, o controle dos corpos e a necropolítica (Mbembe, 2017) que precariza vidas.

Trata-se de uma Educação Ambiental Queer que problematiza os binarismos que perpassam toda a dimensão da vida ao assumir o caráter discursivo da sexualidade, o qual impõe normas regulatórias que garantem e mantêm a lógica heteronormativa à vida de

todos. Uma Educação Ambiental que se constrói em um modo queer de sentipensar^{xxi}, a partir de alianças políticas e teóricas para que todas as vidas sejam dignas e vivíveis.

5. Considerações finais

Neste texto pretendeu-se discutir - a partir do encontro dialógico entre Educação Ambiental e Estudos Queer -, uma Educação Ambiental Queer enquanto alargamento epistemológico da Educação Ambiental Crítica, como possibilidade de uma vida outra.

Esses diálogos foram experencialmente possíveis a partir do compartilhamento entre docentes em seus processos de socialização profissional. Isto ganha significado na medida que tessituras outras tornam-se parte de um cotidiano muitas vezes demarcado pelo isolamento, por fronteiras teóricas e epistemológicas e, sobretudo, pela negação a uma dinâmica interdisciplinar.

A partir dos dados coletados nesta pesquisa, seja nas produções acadêmicas publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou nas investigações encontradas no Scielo, percebeu-se a relevância de aproximar os campos da Educação Ambiental e dos estudos queer.

Compreende-se que a imbricação dos fundamentos teóricos da Educação Ambiental Crítica e dos estudos queer é substancial na consolidação de uma Educação Ambiental Queer, visto que confronta a heteronormatividade compulsória que se projeta em todas as dimensões da vida, de seres humanos e da Natureza. A Educação Ambiental Queer é, assim, essencial para enfrentar os binarismos deste projeto moderno que atravessa corpos e precariza vidas.

Tencionando apontar o possível diálogo entre a Educação Ambiental e os estudos queer para a estruturação de uma Educação Ambiental Queer, refletiu-se acerca dos modos de construção da racionalidade moderna e apresentou-se elementos de (des)construção do conhecimento moderno. Após, demonstrou-se como por meio da conjugação dos campos da Educação Ambiental e dos estudos queer torna-se possível a desnaturalização da heterossexualidade na sua projeção sobre a natureza e na atribuição de um modelo hetro de relação entre humanos e não humanos.

Espera-se que as linhas aqui tecidas, que entrelaçam os campos teóricos da Educação Ambiental e dos estudos queer, possibilitem novos alinhavos e costuras, tramados por outras

possibilidades de compreensão de mundo, em que seja pensável uma Educação Ambiental Queer, para que todas as vidas sejam dignas e vivíveis.

Referências

- BEDIA, Rosa C. **Aproximaciones à la teoría crítica feminista**. Lima: Cladem, 2014.
- BUTLER, Judith. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona, España: Paidós, 2007.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Bs As. Argentina: Paidós, 2012.
- BUTLER, Judith. **Queer, género, performatividad y agencia**. Salta, Argentina: Libros de la mala semilla, 2014.
- BUTLER, Judith. **Notes Toward a Performative theory of Assembly**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos aliados y lucha política**. Hacia una teoría performativa de la asamblea. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2017.
- BUTLER, Judith. **Que mundo é este?** Uma fenomenologia pandêmica. Belo Horizonte, Autêntica, 2022.
- DA MATA, Vilson Aparecido. **Emancipação humana e educação em Marx**: Para uma crítica da formação burguesa no horizonte da desigualdade social. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**: Arqueología de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GAARD, Greta. Rumo ao ecofeminismo queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 197-223, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1663>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- GABRIEL, Alice. Ecofeminismo e ecologias queer: uma apresentação. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 167-174, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1663> Acesso em: 18 jan. 2024.
- GARRÉ, Barbara Hees. **O Dispositivo da Educação Ambiental**: modos de constituir-se sujeito na revista Veja. Tese. (Doutorado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande, 2015. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010690.pdf> Acesso em: 19 jan. 2024.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GRÜN, Mauro. A produção discursiva sobre Educação ambiental: Terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In: VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p.159-184.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio das perspectivas parciais. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 19 jan. 2024.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu Edutora, 2022.

HENNING, Paula C. Resistir ao presente: tensionando heranças modernas para pensar a Educação Ambiental. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 763-781, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/w8bwXTmC6nyzvZnJ4xrYxgM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 19 jan. 2024.

HOOKS, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. pp.143-156.

JALES, Romário Custódio. **O arco-íris é meu ambiente:** as aprendizagens e as narrativas de militantes LGBT+ sobre identidades, lutas e sonhos de um mundo policromico. 2021. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2021. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/2646>. Acesso em: 22 jan. 2024.

HOULTON, Thomas. **Monuments as cultural and critical objects:** from Mesolithic to eco-queer. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2022.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio sobre antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo Pereira da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nyhjdZ4hYdqVFdYRtx/#> Acesso em: 23 jan. 2024.

LAURETIS, Teresa de. **Théorie queer et cultures populaires** - De Foucault à Cronenberg. Tradução: Marie-Hélène Bourcier. Le genre du monde. La Dispute. Paris, 2007.

LLOYD, Moya. **Butler and Ethics**. Scotland: Edinburgh University Press, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: Questões de Vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 122-151, mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de La. **Sentipensar: Fundamentos e Estratégias Para Reencantar a Educação**. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo:** uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.

PERES, Isabela K.; NERY SILVA, Ana Clara.; TROVARELLI, Rachel A.. Educação Ambiental Revolucionária. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. I.], v. 28, n. 2, p. 1–19, 2023. DOI: 10.14295/ambeduc.v28i2.14365. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14365>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature.** New Fetter Lane, London, Routledge, 1993.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. I.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ROSENDO, D. Ecofeminismo queer: Reflexiones sobre una teoría política no binaria. **Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales**, [S. I.], v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistaleca.org/index.php/leca/article/view/124>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SANDILANDS, Catriona. Paixões desnaturadas? Notas para uma ecologia queer. **Revista Estudios Feministas**, v. 19, n. 1, p 175-195, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1663> Acesso em: 18 jan. 2024.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem:** teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. 1996. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 25 jan. 2024.

STERLING, Anne Fausto. **Cuerpos sexuados.** La política de género y la construcción de la sexualidad. Barcelona, Espanã: Editorial Melusina, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Notas

ⁱ Embora não haja um consenso teórico, pode-se dizer que o campo de estudos pós-estruturalistas comprehende uma tentativa de resposta filosófica ao movimento científico estruturalista, tomando como objeto de análise as produções e teorias do campo estruturalista, ampliando-as, bem como modificando seus pressupostos de análise. Campo este profícuo aos estudos sobre as identidades (plurais e fluídas) e diferenças. Para detalhamento ver Peters (2000).

ⁱⁱ Em sua pesquisa de doutoramento Houlton (2022) adota o termo queer ecology.

ⁱⁱⁱ Mesmo que o presente estudo seja baseado nos estudos pós-estruturais, não se desconsidera a importância da análise materialista, tanto de emancipação como de transformação social. Neste sentido, sugerimos ler Da Mata (2014), a fim de aprofundar esta perspectiva teórica.

^{iv} O sentido de diálogo epistêmico parece ser um movimento em que se apresenta uma revisão de literatura pertinente, sem ter a pretensão de esgotar o debate bibliográfico, mas sim um ponto de conexão entre autores e autoras e suas potencialidades.

^v Vale-se da teoria de Butler (2007) para compreender essa categoria. Assim, vidas em zona da abjeção são aquelas que não encontram legitimidade na ordem social por não se enquadarem nos ideais hegemônicos, como a heteronormatividade.

^{vi} No campo teórico, a Teoria Queer (*Queer Theory*) foi assim denominada pela primeira vez por Tereza de Lauretis em 1990 durante uma conferência na Universidade da Califórnia em Santa Cruz nos Estados Unidos (Lauretis, 2007).

^{vii} Versão utilizada neste escrito (2007).

^{viii} Embora não se despreze, neste estudo, as diversas compreensões e os inúmeros debates que o emprego de tal terminologia suscita, optou-se em manter tal termo, com o intuito de preservar o sentido original do texto. Contudo, chama-se atenção que, apesar de compreender que essa não seja a melhor terminologia para fazer referência àqueles que vivenciam precarizações e abjeções, neste estudo, comprehende-se minorias de acordo com o proposto por Bragato (2018).

^{ix} No original: “[...] to form alliances among various minorities or populations deemed disposable [...]”.

^x No original: “[...] or those who are considered ineligible, the struggle to form alliances is paramount”.

^{xi} No original: “[...] and is a good term to invoke as we make uneasy and unpredictable alliances in the struggle for social, political, and economic justice”.

^{xii} No original: “[...] for when bodies gather as they do to express their indignation and to enact their plural existence in public space, they are also making broader demands: they are demanding to be recognized, to be valued, they are exercising a right to appear, to exercise freedom, and they are demanding a livable life”.

^{xiii} Ainda que Butler não tenha contextualizado de forma clara a luta na ordem jurídica, vale-se de sua estruturação e amplia-se sua visão em razão do estudo que se realiza.

^{xiv} No original: “From my more limited vantage point, I want to suggest only that when bodies assemble on the street, in the square, or in other forms of public space (including virtual ones), they are [...] in its expressive and signifying function delivers a bodily demand for a more livable set of economic, social, and political conditions no longer afflicted by induced forms of precarity”.

^{xv} No original: “[...] in the struggle for justice [...] are demanding a livable life”.

^{xvi} Crítica no sentido de “compreender as múltiplas determinações da realidade em seu movimento, a indissociabilidade entre as dimensões da vida social em um contexto histórico específico” (Loureiro, 2019, p.29).

^{xvii} No original: “El patriarcado se asienta en un sistema de pactos entre los varones a partir de los cuales se aseguran la hegemonía sobre las mujeres. Es un sistema de prácticas simbólicas y materiales que establece jerarquías y, como señala Celia Amorós, implanta espacios. Y no sólo eso, pues también clasifica las prácticas en anómicas y normales y señala y distribuye el alcance y la fuerza de las voces que se han de oír”.

^{xviii} Compreendemos o ‘erótico’ a partir de bell hooks, na contramão do dualismo metafórico ocidental, como “uma força que intensifica nosso esforço global de autorrealização, de que ele pode fornecer uma base epistemológica que nos permita explicar como conhecemos aquilo que conhecemos possilita [...] a usar tal energia no contexto da sala de aula de forma a revigorar a discussão e estimular a imaginação crítica” (hooks, 2022, p. 150).

^{xix} Utilizamos aqui a expressão inspirados na construção teórica de Roswitha Scholz (1996), marxista feminista alemã, que ao elaborar uma nova crítica do valor afirma em dez teses que os papéis sociais são determinados pelo valor; que todos os trabalhadores só se colocam no mundo a partir do trabalho, papel social que desempenham, e que o valor é sempre o homem.

^{xx} O texto de autoria de Layrargues e Lima (2014) apresenta, política e pedagogicamente, a Educação Ambiental como um campo em disputa, a partir de três macrotendências: conservacionista, pragmática e crítica.

^{xxi} Sentipensar se refere ao processo em que pensamento e sentimento trabalham em conjunto criando outra forma de interpretar a realidade, a partir da reflexão e do impacto emocional, até convergir em um mesmo ato de conhecimento o sentir, pensar e agir (Moraes; Torre, 2018).

Sobre os autores

Renato Duro Dias

Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Direito e Justiça Social e do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, todos da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Líder do GDiS - Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidades (CNPq). Vice-líder do Laboratório Imagens da Justiça (UFPel) - Grupo de Pesquisa. E-mail: renatodurodias@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9849-1332>

Simone Grohs Freire

Doutora em Educação Ambiental. Professora Associada do Instituto de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: simone.sgfreira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3566-0669>

Amanda Netto Brum

Pós-doutoranda em Direito. Doutora em Direito pela Unisinos. Mestra em Direito e Justiça Social pela FURG. Especializada em educação para sexualidades - FURG. Vice-líder do Grupo de pesquisa Direito e sexualidades - GDiS. Email: amandanettobrum@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1775-4493>

Recebido em: 31/01/2024

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 17/08/2024